



## AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 018/2024

PREFEITURA DE DOIS RIACHOS

PROTOCOLO Nº 10210001/2024

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**OBJETO:** O presente procedimento tem por objeto o aviso de cotação de preços para aquisição de jogos educativos, materiais pedagógicos, equipamentos de áudio, materiais artísticos e de impressão para equipar a Escola Municipal Luís Constantino, com quantidades e especificações prevista no Termo de Referência.

**TIPO:** BAIXO VALOR

**PRAZO INICIAL**

**PRAZO FINAL**

**REGÊNCIA:** ART. 75, LEI Nº 14.133/21

07/11/2024

13/11/2024

**LOCAL PARA RETIRADA DO AVISO E SEUS ANEXOS:** Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o termo de referência completo no site: [www.doisriachos.al.gov.br](http://www.doisriachos.al.gov.br) do Portal de transparência da prefeitura ou enviar e-mail para [cpl@doisriachos.al.gov.br](mailto:cpl@doisriachos.al.gov.br). O período de apresentação de propostas dos interessados é de 5 (cinco) dias úteis.

**MARIA CLÉCIA DA SILVA BEZERRA**

Responsável pelo Setor de Compras Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL

Av. Miguel Vieira Novais, nº 100, Centro, CEP 57.560 -000

Fone: (82) 3620-1262



## AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Dois Riachos/AL, por meio do setor de compras, receberá cotações, com o objetivo de pesquisa de preços no mercado para a regular composição de processo administrativo, cujo objeto é a contratação direta de empresa para **aquisição de jogos educativos, materiais pedagógicos, equipamentos de áudio, materiais artísticos e de impressão para equipar a Escola Municipal Luís Constantino**, com critério de julgamento pelo menor preço, na hipótese do **art. 75, inciso II**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** e demais legislação aplicável.

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O presente procedimento tem por objeto o **“aviso de cotação de preços”** para contratação de empresa para **aquisição de jogos educativos, materiais pedagógicos, equipamentos de áudio, materiais artísticos e de impressão para equipar a Escola Municipal Luís Constantino**, com quantidades e especificações prevista neste Termo de Referência.
- 1.1.1. Havendo mais de um **“lote”** faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o **“menor preço global”**, observadas as exigências contidas neste **“aviso de cotação de preços”** e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.

- 2.1. O presente **aviso de cotação de preços** estará, disponível no site: <https://www.doisriachos.al.gov.br> ou através do e-mail: [compras@doisriachos.al.gov.br](mailto:compras@doisriachos.al.gov.br).
- 2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos nesse **“aviso de cotação de preços”**, que estará disponível no portal da transparência do município ou através do e-mail acima.
- 2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
  - 2.2.1. Que não atendam às condições deste **“aviso de cotação de preços”** e seu(s) anexo(s);
  - 2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:
    - a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
    - b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
    - c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
    - d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
    - e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**, concorrendo entre si;
    - f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea **“c”** também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,



controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da **Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP**, atuando nessa condição (**Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário**); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao **art. 16 da Lei nº 14.133/21**.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no **art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007**.

### 3. INGRESSO NA DISPENSA E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa se dará com o envio de sua proposta de preços, na forma do item a seguir:

3.1.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do “**aviso de cotação de preços**”, através de publicação em diário oficial e disponibilização do aviso no site: <https://www.doisriachos.al.gov.br>, encaminhará, por meio de e-mail ou poderá ser entregue pessoalmente, nos horários de expedientes da prefeitura de **2ª a 6ª feira (em dias úteis)**, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço etc.

3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.7. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão, substituí-la ou modificá-la;

3.8. No envio da proposta, o fornecedor deverá enviar, às seguintes declarações:

3.8.1. Que não emprega menor de **18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de **16 anos**, salvo menor, a partir de **14 anos**, na condição de aprendiz, nos termos do **artigo 7º, XXXIII, da Constituição**;

### 4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. A partir do primeiro dia útil da data estabelecida no “**aviso de cotação de preços**”, as empresas deverão acessar o site: <https://www.doisriachos.al.gov.br> do portal da transparência onde estará disponível o aviso com as condições da contratação e enviar suas propostas.

### 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrado o prazo para envio das propostas será classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.



- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, quando concluída a negociação, o resultado será lavrado em uma ata/termo do procedimento da dispensa.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio de documentos complementares.
- 5.3.1. Além da documentação supracitada, a comissão julgadora poderá solicitar do fornecedor com a melhor proposta o envio de planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. Contiver vícios insanáveis;
- 5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado na publicação, desde que não haja majoração do preço.
- 5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



5.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “A”, “B” e “C” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica mantida pelo TCU (**Certidões APF**), vide **sítio: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>**

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do **artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.



6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

## 7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a autorização, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (**Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização**), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da **Lei nº 14.133, de 2021**;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos **artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21** e reconhece os direitos da Administração previstos nos **artigos 137 a 139** da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa)** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no **art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021**, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- 8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- 8.1.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa.
- 8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - a) Advertência pela falta do **subitem 8.1.1** deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de **0,5% (por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos **subitens 8.1.1 a 8.1.12**;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos **subitens 8.1.2 a 8.1.7** deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos **subitens 8.1.8 a 8.1.12**, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.



- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado no portal da transparência do município de Dois Riachos/AL.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
  - 9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;
  - 9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
    - 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - 9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos **subitens 9.2.1 e 9.2.2** acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.





- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
  - 9.11.2. ANEXO II - Declaração de menor;
  - 9.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial de Preços;

Município de Dois Riachos/AL, 06 de novembro de 2024

**MARIA CLÉCIA DA SILVA BEZERRA**  
Responsável pelo Setor de Compras Municipal  
\_\_\_\_\_  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS RIACHOS/AL  
Av. Miguel Vieira Novais, n° 100, Centro, CEP 57.560 -000  
Fone: (82) 3620-1262



**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 018/2024**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO N° 10210001/2024**

**TERMO DE REFERÊNCIA - CONTRATAÇÃO DIRETA**

**HISTÓRICO**

Contratação de empresa para “Aquisição de jogos educativos, materiais pedagógicos, equipamentos de áudio, materiais artísticos e de impressão” para equipar a Escola Municipal Luís Constantino, em consonância com as demandas previstas, conforme especificações e quantidades descritas do termo de referência.

**LEI N° 14.133, DE 1° DE ABRIL DE 2021**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6°, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021):**

**9.12.** Aquisição de jogos educativos, materiais pedagógicos, equipamentos de áudio, materiais artísticos e de impressão para a Escola Municipal Luís Constantino com o intuito de equipar e aprimorar as atividades recreativas, educativas e de desenvolvimento cognitivo dos alunos, conforme as especificações e condições estabelecidas neste instrumento.

ITEM	PROJETO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, JOGOS E BRINCADEIRAS	UNID.	QUANT.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	<b>Cones de Trânsito:</b> Cones de trânsito nas cores laranja e branca, confeccionados em material rígido, com altura de 75 cm. Base de plástico com largura de 30 cm, comprimento de 61 cm e peso de 1,5 kg, garantindo estabilidade.	UNIDADE	15			
2	<b>Jogos de Dama e Trilha (2 em 1):</b> Conjunto com tabuleiro e peças de madeira, com dimensões de 31 cm x 31 cm x 4 cm e peso aproximado de 750 g. Ideal para atividades recreativas e educativas.	UNIDADE	06			
3	<b>Jogo de Memória dos Esportes:</b> Conjunto com 36 peças, confeccionadas em papel cartão. Embalagem com dimensões de 25 cm x 5 cm x 20 cm.	UNIDADE	06			
4	<b>Jogo do Corpo Humano:</b> Conjunto com 168 cartas e 4 quebra-cabeças que abordam o corpo humano, ideal para atividades educativas.	UNIDADE	06			
5	<b>Quebra-Cabeça do Corpo Humano:</b> Quebra-cabeça com 200 peças, formato horizontal, com dimensões de 22 cm x 22 cm x 4 cm, adequado para atividades educativas.	UNIDADE	03			
6	<b>Corda de Pular:</b> Corda com 2,5 m de comprimento, cabo em madeira e corda de nylon. Ideal para atividades físicas e recreativas.	UNIDADE	100			
7	<b>Aro de Circuito Reforçado (Bambolê):</b> Aro reforçado e colorido, com 65 cm de diâmetro e espessura de 1 mm. Indicado para atividades físicas e recreativas.	UNIDADE	100			
8	<b>Cones de Agilidade:</b> Cones de agilidade para treino em academia, com altura de 18 cm e largura de 11 cm, confeccionados em material resistente.	UNIDADE	120			
9	<b>Chapéu Chinês para Agilidade:</b> Cones tipo "chapéu chinês" para treino funcional, feitos em PVC flexível, com altura de 5 cm e largura de 20 cm	UNIDADE	80			
10	<b>Escada de Agilidade para Treino Funcional:</b> Escada de agilidade com 10 degraus, confeccionada em PVC e nylon, com comprimento de 5 m, largura de 50 cm e peso de aproximadamente 450 g.	UNIDADE	25			
11	<b>Bolas de Campo:</b> Bolas de campo em material PU, com circunferência de 68-70 cm e peso entre 410 g e 450 g, para uso em treinos e jogos.	UNIDADE	05			
12	<b>Bola de Futsal:</b> Bola de futsal com 14 gomos, peso entre 410-430 g, e circunferência de 62,5-63,5 cm, indicada para treinos e jogos.	UNIDADE	06			
13	<b>Aquisição de bola de handebol feminino</b> , tamanho oficial conforme normas da Federação Internacional de Handebol (IHF), com circunferência entre 54 cm e 56 cm e peso de 325 g a 400 g. Fabricada em material resistente e antiderrapante, com costura reforçada para durabilidade e adequada tanto para quadras internas quanto externas. A bola deve suportar pressão de 0,3 a 0,5 bar e ser entregue em embalagem protetora, preferencialmente em cores de alta visibilidade. Exige-se garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e certificação de qualidade.	UNIDADE	04			
14	<b>Aquisição de bola de handebol masculino</b> , tamanho oficial conforme normas da Federação Internacional de Handebol (IHF), com circunferência entre 58 cm e 60 cm e peso de 425 g a 475 g. Fabricada em material resistente e antiderrapante, com costura reforçada para durabilidade e adequada tanto para quadras internas quanto externas. A bola deve suportar pressão de 0,3 a 0,5 bar e ser entregue em embalagem protetora, preferencialmente em cores de alta visibilidade. Exige-se garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e certificação de qualidade.	UNIDADE	06			



ITEM	PROJETO CAPOEIRA	UNID.	QUANT.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
15	<b>Tatame em EVA</b> , tamanho de 50 x 50 cm e espessura de 20 mm, dupla face, adequado para práticas esportivas e atividades com impacto leve. Deve ser resistente, com alta durabilidade e apropriado para uso em ambientes internos.	UNIDADE	05			
16	<b>Berimbau tamanho médio</b> , com comprimento de 1,6 m e peso de 940 g, acompanhado de pedra e baqueta. Instrumento tradicional para prática de capoeira, com construção resistente e qualidade sonora adequada para apresentações.	UNIDADE	03			
17	<b>Viola acústica cinturada</b> , tamanho 1/4, com tampo em linden. O instrumento deve ser compacto e de boa ressonância sonora, ideal para iniciantes e músicos que buscam leveza e qualidade sonora.	UNIDADE	03			
18	<b>Dobrão em latão para uso com berimbau</b> , com diâmetro de 3,5 cm e altura de 0,5 cm. Item de construção confortável e resistente, para permitir controle adequado durante o toque do berimbau.	UNIDADE	03			
19	<b>Caxixi de palha trançada</b> , com comprimento de 12 cm e diâmetro de 6 cm. Instrumento artesanal, adequado para acompanhar o som do berimbau e agregar diversidade rítmica em apresentações de capoeira.	UNIDADE	03			
20	<b>Pandeiro com pele animal</b> , de 10 polegadas, com 12 platinelas e corpo em material plástico resistente. Instrumento de alta durabilidade e excelente sonoridade, indicado para acompanhar diversas manifestações culturais e musicais.	UNIDADE	02			

ITEM	ATELIÊ DE ARTES	UNID.	QUANT.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
21	<b>Caixa de som portátil</b> com alimentação em 220V e potência de 240W RMS. Faixa de frequência de 40Hz a 20kHz, com dimensões de 33,5 cm x 67 cm x 38,5 cm e peso de 16,5 kg. Equipamento com conectividade Bluetooth, função karaokê e luzes RGB, oferecendo uma experiência sonora e visual aprimorada. Possui 2 entradas para microfones de 3,5 mm e certificação de resistência IPX4, adequada para ambientes internos e externos.	UNIDADE	01			
22	<b>Microfone Recarregável Sem Fio</b> : Microfone dinâmico recarregável, na cor preta, com faixa de frequência de 50 Hz a 15 kHz, ideal para apresentações e eventos. O microfone sem fio proporciona mobilidade e praticidade, com qualidade de áudio adequada para diferentes ambientes.	UNIDADE	01			
23	<b>Pedestal para Microfone</b> : Pedestal do tipo "girafa", com regulagem de altura entre 105 cm e 185 cm e extensão horizontal de 20 cm. Possui ângulo de rotação de 180°, confeccionado em plástico e poliéster 600, na cor preta, garantindo durabilidade e estabilidade para suportar o uso contínuo em eventos e apresentações.	UNIDADE	03			
24	<b>Tintas Guache - Cores Diversas</b> : Tintas guache de alta qualidade, em frascos de 15 ml, nas mais diversas cores, para uso em atividades artísticas e educacionais.	UNIDADE	50			
25	<b>Pincéis Escolares</b> : Pincéis com largura de 14 mm, com cerdas naturais, ideais para pintura e atividades escolares artísticas.	UNIDADE	65			
26	<b>Telas para Pintura</b> : Telas de tecido para pintura, com tamanho de 20 cm x 30 cm, adequadas para atividades de pintura e expressão artística.	UNIDADE	500			
27	<b>Pincéis Mousse Esponja Batedor</b> : Pincéis esponja com diâmetros variados de 15 mm, 20 mm, 25 mm e 30 mm, para uso em técnicas de pintura com acabamento suave e texturizado.	UNIDADE	100			
28	<b>Kits de Tintas para Impressora</b> : Kits contendo tintas para impressora nas cores Ciano (C), Amarelo (Y), Magenta (M) e Preto (B), com tanques de tinta de 70 ml, para uso em impressão escolar e educacional.	UNIDADE	20			

ITEM	ATELIÊ DE GEOGRAFIA	UNID.	QUANT.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
29	<b>Mapa Político de Alagoas</b> : Mapa do estado de Alagoas com divisão política, confeccionado em papel resistente. Tamanho de 120 cm de largura por 90 cm de altura, ideal para visualização em ambientes educacionais.	UNIDADE	01			
30	<b>Mapa do Brasil Político Escolar</b> : Mapa do Brasil com informações políticas, rodoviárias, regionais e estatísticas, adequado para fins educacionais. Confeccionado em papel, com dimensões de 117 cm de largura por 90 cm de altura, para fácil leitura e visualização em sala de aula.	UNIDADE	01			

ITEM	ATELIÊ DE MATEMÁTICA	UNID.	QUANT.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
31	<b>O Jogo de Dominó Profissional</b> consiste em um conjunto de 28 peças feitas em material tipo osso, oferecendo durabilidade e resistência para uso contínuo. Acompanha uma maleta para fácil armazenamento e transporte, garantindo organização e proteção das peças. Este jogo é ideal para atividades recreativas e de desenvolvimento cognitivo em ambientes educacionais.	UNIDADE	10			



32	O <b>Jogo de Sólidos Geométricos</b> é composto por 11 peças de madeira, representando diferentes formas geométricas com tamanhos variados: Prisma Hexagonal (7,9 x 3,7 cm), Prisma Pentagonal (7,9 x 3,7 cm), Prisma Triangular (7,9 x 3,5 cm), Pirâmide Retangular (7,9 x 3,7 cm), Pirâmide Quadrangular (8 x 4 cm), Pirâmide Triangular (4,5 x 4 cm), Paralelepípedo (7,9 x 3,7 cm), Cilindro (7,9 x 3,7 cm), Cone (8 x 3,7 cm), Cubo (3,7 x 3,7 cm) e Esfera (4 cm de diâmetro). Este conjunto é adequado para o ensino de geometria e conceitos espaciais, oferecendo resistência e durabilidade para uso frequente em sala de aula.	UNIDADE	10		
----	---	---------	----	--	--

9.13. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme **Decreto nº 10.818, de 2021**.

9.14. Os materiais devem ser entregues com qualidade e resistência adequadas para o uso frequente em atividades educacionais e artísticas. Todos os itens devem atender aos padrões de segurança e qualidade exigidos para uso em ambiente escolar. **Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação para todos os itens.**

9.15. O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias** contados da assinatura do contrato, na forma do **artigo 105 da Lei nº 14.133/2021**.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021):

2.1. A contratação de materiais pedagógicos, jogos educativos, equipamentos de áudio, materiais artísticos e de impressão para a Escola Municipal Luís Constantino é de extrema importância para o desenvolvimento das atividades educacionais e recreativas de uma escola em tempo integral. A instituição atende um grande número de alunos e visa proporcionar uma educação integral e de qualidade, oferecendo atividades que envolvem o aprendizado acadêmico, o desenvolvimento cognitivo, motor e social, bem como a formação de habilidades artísticas e esportivas.

2.2. Os jogos educativos e materiais pedagógicos, como os conjuntos de dominó, jogos de memória, telas para pintura, pincéis e tintas, são fundamentais para o estímulo da criatividade, raciocínio lógico e habilidades de resolução de problemas. Esses recursos também são essenciais para a implementação de metodologias ativas de ensino, que incentivam a participação ativa dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem interativo e dinâmico. As atividades lúdicas, como a utilização dos sólidos geométricos e os jogos sobre o corpo humano e esportes, contribuem diretamente para o desenvolvimento do raciocínio espacial e da coordenação motora, além de promoverem a compreensão de conceitos de ciências e biologia de forma divertida e acessível.

2.3. A inclusão de materiais esportivos, como bolas de campo, futsal, cones de agilidade, cordas de pular e outros itens relacionados ao esporte e à atividade física, é crucial para a formação integral dos alunos, pois favorece a prática de esportes e exercícios que contribuem para o desenvolvimento da saúde física, bem como para o fortalecimento de valores como o trabalho em equipe, a cooperação e o respeito. A utilização desses materiais em atividades extracurriculares e durante o horário escolar auxilia na promoção do bem-estar dos alunos e no fomento a hábitos saudáveis.

2.4. Além disso, a aquisição de equipamentos de áudio, como caixas de som e microfones, é imprescindível para a realização de atividades culturais e recreativas, como apresentações musicais, karaokês, palestras e outros eventos, que são parte integrante da vivência escolar em tempo integral. Esses recursos permitem que a escola crie um ambiente mais interativo e participativo, onde os alunos podem se expressar, desenvolver habilidades de comunicação e trabalhar a confiança e autoestima.

2.5. Por fim, a aquisição de tintas para impressora e materiais de impressão é necessária para o suporte às demandas administrativas e pedagógicas da escola, como a produção de materiais educativos, relatórios, cartazes, convites e outros documentos importantes para a comunicação interna e com a comunidade escolar.

2.6. Dessa forma, a contratação desses materiais visa atender à demanda crescente de recursos para garantir a qualidade das atividades educacionais, culturais, artísticas e esportivas da Escola Municipal Luís Constantino, contribuindo para a formação integral dos alunos, além de apoiar a gestão escolar com materiais necessários ao bom funcionamento da instituição.



- 2.7. Os equipamentos deverão respeitar os quantitativos e especificações descritas no termo de referência.
- 2.8. E como justificativa da contratação, ressalta-se que os quantitativos estimados são condizentes com os praticados no mercado e é nesta tese que se faz necessária a devida aquisição do objeto do presente termo.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):**

- 3.1. A solução proposta para a aquisição dos materiais pedagógicos, jogos educativos, equipamentos de áudio, materiais artísticos e de impressão visa atender às necessidades da Escola de forma abrangente, considerando a continuidade e a sustentabilidade de sua utilização ao longo do tempo. A aquisição desses itens se alinha à estratégia da escola de proporcionar uma educação de qualidade, dinâmica e integrada, que contempla tanto o aprendizado acadêmico quanto o desenvolvimento físico, artístico e social dos alunos.
- 3.2. O ciclo de vida de cada um dos produtos adquiridos será acompanhado desde a entrega até o uso final, garantindo a maximização do aproveitamento de seus benefícios durante sua utilização. A compra de materiais de qualidade superior, com durabilidade garantida, assegura que os itens suportem o uso diário e intensivo característico de uma escola em tempo integral, onde os alunos interagem com os materiais ao longo de todo o período escolar.
- 3.3. A durabilidade dos jogos educativos e materiais pedagógicos (como os jogos de dominó, sólidos geométricos, telas e pincéis) é garantida pela escolha de materiais resistentes, como madeira e tecidos de qualidade, que são capazes de suportar o uso contínuo e frequente. A vida útil desses produtos é projetada para atender a diversos ciclos escolares, reduzindo a necessidade de reposição constante e garantindo uma solução de longo prazo. As tintas guache, pincéis e outros materiais artísticos são selecionados com base em sua resistência e compatibilidade para atividades educacionais prolongadas, sendo facilmente mantidos em boas condições de uso.
- 3.4. Os materiais esportivos, como as bolas de campo e futsal, cones de agilidade e outros itens, foram escolhidos levando em consideração a resistência a impactos e a exposição a diferentes condições ambientais, como o atrito com superfícies duras e a exposição à umidade. Esses materiais foram especificados para garantir alta performance durante o uso, proporcionando a durabilidade necessária para suportar atividades físicas diárias.
- 3.5. Para os equipamentos de áudio (caixas de som e microfones), a escolha de modelos com alta qualidade de som e robustez permite que estes itens possam ser utilizados não apenas nas atividades cotidianas da escola, mas também em eventos especiais e apresentações culturais. Considerando o ciclo de vida, esses equipamentos foram especificados para garantir longevidade e fácil manutenção, permitindo que os recursos da escola sejam aproveitados ao máximo.
- 3.6. Por fim, os materiais de impressão, como os kits de tintas para impressora, foram selecionados para atender às necessidades diárias de impressão de documentos escolares, relatórios, cartazes e materiais pedagógicos, considerando uma solução de baixo custo operacional e alta eficiência ao longo do tempo.
- 3.7. A especificação detalhada de cada item, como a resistência dos materiais e a ergonomia dos equipamentos, visa garantir não apenas a longevidade dos produtos, mas também o bem-estar dos alunos e a funcionalidade no dia a dia escolar. A escola se compromete com a correta conservação e uso dos produtos, estabelecendo práticas de manutenção preventiva e adequada, prolongando sua vida útil e evitando desperdícios.
- 3.8. Ao considerar o ciclo de vida do produto, a escola assegura que os materiais serão utilizados de forma otimizada, proporcionando os melhores resultados educacionais e recreativos para os alunos, contribuindo para o desenvolvimento integral de suas habilidades cognitivas, físicas e sociais.



- 3.9. Dessa forma, a presente aquisição está compatível com as normas vigentes, sendo realizada mediante a contratação direta, por meio de processo de dispensa de licitação, conforme **artigo 5º**, do **Decreto Municipal nº 06**, de **31 de janeiro de 2022** e, subsidiariamente, de acordo com os ditames da **Lei nº 14.133 de 2021**.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21):

- 4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade:

- 4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1.1.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme **ABNT NBR 15448-1:2008 e ABNT NBR 15448-2:2008**;
- 4.1.1.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do **Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO** como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.1.1.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.1.1.1.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva **RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)**, tais como **mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)**.

4.1.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

- 4.1.2.1. Não haverá indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s) para a presente contratação.

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

#### 5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e)", 40º, §1º, II, da Lei 14.133/21).

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **05 (cinco) dias**, contados da data do recebimento da **Nota de Empenho "NP"** ou da **Autorização de Fornecimento "AF"** pertinente(s) aos materiais requeridos, em remessa única.
- 5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **8 (oito) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **3 (três) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea ‘h’, da Lei 14.133/21)

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



- 7.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do **artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992**, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 7.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 7.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
- 7.12.1. **Habilitação Jurídica:**
    - 7.12.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
    - 7.12.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoeempreendedor.gov.br](http://www.portaldoeempreendedor.gov.br);
    - 7.12.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
    - 7.12.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;





- 7.12.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.12.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- 7.12.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 7.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 7.12.3. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**
- 7.12.3.1. **prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);**
- 7.12.3.2. **prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,** mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 7.12.3.3. **prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
- 7.12.3.4. **declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno,** perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 7.12.3.5. **prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,** mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 7.12.3.6. **prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**
- 7.12.3.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 7.12.3.7. **prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**
- 7.12.3.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## 8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município.
- 8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da **Lei Orçamentária** respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



## 9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. Este Termo de Referência visa atender as exigências legais para o procedimento de aquisição através da dispensa de licitação, constando todas as condições necessárias e suficientes, ficando proibido por este Termo exigir cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam, frustrem ou estabeleçam preferências.

Dois Riachos/AL, 21 de outubro de 2024.

**RODRIGO FERREIRA DE LIMA**  
Secretário Municipal de Educação



**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2024**

**ANEXO II - MODELO DE CLARAÇÃO**

**PROCESSO Nº 10210001/2024**

**MODELO - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR**

A empresa ..... pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº..... representada pelo(a) Sr(a).....declara de que a mesma atende plenamente ao que dispõe o **Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal**, em cumprimento ao **Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8.666/93**, atestando que não possui em seu quadro, funcionários menores de **18 (dezoito) anos** que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de **16 (dezesesseis) anos**, salvo na condição de aprendiz, a partir de **14 (quatorze) anos**.

Local e Data

( \_\_\_\_\_ ), / / .  
<inserir cidade/dia/mês/ano em algarismo>

\_\_\_\_\_  
Nome  
CPF  
Representante  
RAZÃO SOCIAL  
CNPJ



**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2024**

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA**

**PROCESSO Nº 10210001/2024**

**MODELO - PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS**

<b>NOME FANTASIA:</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>INSC. EST.:</b>	
<b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>BAIRRO:</b>	<b>CIDADE:</b>
<b>CEP:</b>	<b>E-MAIL:</b>
<b>CONTATO:</b>	<b>TELEFONE:</b>
<b>BANCO:</b>	<b>AGÊNCIA Nº:</b>
<b>CONTA BANCÁRIA Nº:</b>	

Em atendimento ao aviso de cotação de preços nº. \_\_\_\_/2024 e seus Anexos, apresentamos proposta no valor total de R\$ \_\_\_\_ [valor por extenso], conforme tabela abaixo:

ITEM	PROJETO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, JOGOS E BRINCADEIRAS	UNID.	QUANT.	MARCA	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	<b>Cones de Trânsito:</b> Cones de trânsito nas cores laranja e branca, confeccionados em material rígido, com altura de 75 cm. Base de plástico com largura de 30 cm, comprimento de 61 cm e peso de 1,5 kg, garantindo estabilidade.	UNIDADE	15			
2	<b>Jogos de Dama e Trilha (2 em 1):</b> Conjunto com tabuleiro e peças de madeira, com dimensões de 31 cm x 31 cm x 4 cm e peso aproximado de 750 g. Ideal para atividades recreativas e educativas.	UNIDADE	06			
3	<b>Jogo de Memória dos Esportes:</b> Conjunto com 36 peças, confeccionadas em papel cartão. Embalagem com dimensões de 25 cm x 5 cm x 20 cm.	UNIDADE	06			
4	<b>Jogo do Corpo Humano:</b> Conjunto com 168 cartas e 4 quebra-cabeças que abordam o corpo humano, ideal para atividades educativas.	UNIDADE	06			
5	<b>Quebra-Cabeça do Corpo Humano:</b> Quebra-cabeça com 200 peças, formato horizontal, com dimensões de 22 cm x 22 cm x 4 cm, adequado para atividades educativas.	UNIDADE	03			
6	<b>Corda de Pular:</b> Corda com 2,5 m de comprimento, cabo em madeira e corda de nylon. Ideal para atividades físicas e recreativas.	UNIDADE	100			
7	<b>Aro de Circuito Reforçado (Bambolê):</b> Aro reforçado e colorido, com 65 cm de diâmetro e espessura de 1 mm. Indicado para atividades físicas e recreativas.	UNIDADE	100			
8	<b>Cones de Agilidade:</b> Cones de agilidade para treino em academia, com altura de 18 cm e largura de 11 cm, confeccionados em material resistente.	UNIDADE	120			
9	<b>Chapéu Chinês para Agilidade:</b> Cones tipo "chapéu chinês" para treino funcional, feitos em PVC flexível, com altura de 5 cm e largura de 20 cm	UNIDADE	80			
10	<b>Escada de Agilidade para Treino Funcional:</b> Escada de agilidade com 10 degraus, confeccionada em PVC e nylon, com comprimento de 5 m, largura de 50 cm e peso de aproximadamente 450 g.	UNIDADE	25			



11	<b>Bolas de Campo:</b> Bolas de campo em material PU, com circunferência de 68-70 cm e peso entre 410 g e 450 g, para uso em treinos e jogos.	UNIDADE	05			
12	<b>Bola de Futsal:</b> Bola de futsal com 14 gomos, peso entre 410-430 g, e circunferência de 62,5-63,5 cm, indicada para treinos e jogos.	UNIDADE	06			
13	<b>Aquisição de bola de handebol feminino,</b> tamanho oficial conforme normas da Federação Internacional de Handebol (IHF), com circunferência entre 54 cm e 56 cm e peso de 325 g a 400 g. Fabricada em material resistente e antiderrapante, com costura reforçada para durabilidade e adequada tanto para quadras internas quanto externas. A bola deve suportar pressão de 0,3 a 0,5 bar e ser entregue em embalagem protetora, preferencialmente em cores de alta visibilidade. Exige-se garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e certificação de qualidade.	UNIDADE	04			
14	<b>Aquisição de bola de handebol masculino,</b> tamanho oficial conforme normas da Federação Internacional de Handebol (IHF), com circunferência entre 58 cm e 60 cm e peso de 425 g a 475 g. Fabricada em material resistente e antiderrapante, com costura reforçada para durabilidade e adequada tanto para quadras internas quanto externas. A bola deve suportar pressão de 0,3 a 0,5 bar e ser entregue em embalagem protetora, preferencialmente em cores de alta visibilidade. Exige-se garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e certificação de qualidade.	UNIDADE	06			
<b>ITEM</b>	<b>PROJETO CAPOEIRA</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>MARCA</b>	<b>VL. UNIT.</b>	<b>VL. TOTAL</b>
15	<b>Tatame em EVA,</b> tamanho de 50 x 50 cm e espessura de 20 mm, dupla face, adequado para práticas esportivas e atividades com impacto leve. Deve ser resistente, com alta durabilidade e apropriado para uso em ambientes internos.	UNIDADE	05			
16	<b>Berimbau tamanho médio,</b> com comprimento de 1,6 m e peso de 940 g, acompanhado de pedra e baqueta. Instrumento tradicional para prática de capoeira, com construção resistente e qualidade sonora adequada para apresentações.	UNIDADE	03			
17	<b>Viola acústica cinturada,</b> tamanho 1/4, com tampo em linden. O instrumento deve ser compacto e de boa ressonância sonora, ideal para iniciantes e músicos que buscam leveza e qualidade sonora.	UNIDADE	03			
18	<b>Dobrão em latão para uso com berimbau,</b> com diâmetro de 3,5 cm e altura de 0,5 cm. Item de construção confortável e resistente, para permitir controle adequado durante o toque do berimbau.	UNIDADE	03			
19	<b>Caxixi de palha trançada,</b> com comprimento de 12 cm e diâmetro de 6 cm. Instrumento artesanal, adequado para acompanhar o som do berimbau e agregar diversidade rítmica em apresentações de capoeira.	UNIDADE	03			
20	<b>Pandeiro com pele animal,</b> de 10 polegadas, com 12 platinelas e corpo em material plástico resistente. Instrumento de alta durabilidade e excelente sonoridade, indicado para acompanhar diversas manifestações culturais e musicais.	UNIDADE	02			
<b>ITEM</b>	<b>ATELIÉ DE ARTES</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>MARCA</b>	<b>VL. UNIT.</b>	<b>VL. TOTAL</b>
21	<b>Caixa de som portátil</b> com alimentação em 220V e potência de 240W RMS. Faixa de frequência de 40Hz a 20kHz, com dimensões de 33,5 cm x 67 cm x 38,5 cm e peso de 16,5 kg. Equipamento com conectividade Bluetooth, função karaokê e luzes RGB, oferecendo uma experiência sonora e visual aprimorada. Possui 2 entradas para microfones de 3,5 mm e	UNIDADE	01			



	certificação de resistência IPX4, adequada para ambientes internos e externos.					
22	<b>Microfone Recarregável Sem Fio:</b> Microfone dinâmico recarregável, na cor preta, com faixa de frequência de 50 Hz a 15 kHz, ideal para apresentações e eventos. O microfone sem fio proporciona mobilidade e praticidade, com qualidade de áudio adequada para diferentes ambientes.	UNIDADE	01			
23	<b>Pedestal para Microfone:</b> Pedestal do tipo "girafa", com regulagem de altura entre 105 cm e 185 cm e extensão horizontal de 20 cm. Possui ângulo de rotação de 180°, confeccionado em plástico e poliéster 600, na cor preta, garantindo durabilidade e estabilidade para suportar o uso contínuo em eventos e apresentações.	UNIDADE	03			
24	<b>Tintas Guache - Cores Diversas:</b> Tintas guache de alta qualidade, em frascos de 15 ml, nas mais diversas cores, para uso em atividades artísticas e educacionais.	UNIDADE	50			
25	<b>Pincéis Escolares:</b> Pincéis com largura de 14 mm, com cerdas naturais, ideais para pintura e atividades escolares artísticas.	UNIDADE	65			
26	<b>Telas para Pintura:</b> Telas de tecido para pintura, com tamanho de 20 cm x 30 cm, adequadas para atividades de pintura e expressão artística	UNIDADE	500			
27	<b>Pincéis Mousse Esponja Batedor:</b> Pincéis esponja com diâmetros variados de 15 mm, 20 mm, 25 mm e 30 mm, para uso em técnicas de pintura com acabamento suave e texturizado.	UNIDADE	100			
28	<b>Kits de Tintas para Impressora:</b> Kits contendo tintas para impressora nas cores Ciano (C), Amarelo (Y), Magenta (M) e Preto (B), com tanques de tinta de 70 ml, para uso em impressão escolar e educacional.	UNIDADE	20			
<b>ITEM</b>	<b>ATELIÊ DE GEOGRAFIA</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>MARCA</b>	<b>VL. UNIT.</b>	<b>VL. TOTAL</b>
29	<b>Mapa Político de Alagoas:</b> Mapa do estado de Alagoas com divisão política, confeccionado em papel resistente. Tamanho de 120 cm de largura por 90 cm de altura, ideal para visualização em ambientes educacionais.	UNIDADE	01			
30	<b>Mapa do Brasil Político Escolar:</b> Mapa do Brasil com informações políticas, rodoviárias, regionais e estatísticas, adequado para fins educacionais. Confeccionado em papel, com dimensões de 117 cm de largura por 90 cm de altura, para fácil leitura e visualização em sala de aula.	UNIDADE	01			
<b>ITEM</b>	<b>ATELIÊ DE MATEMÁTICA</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>MARCA</b>	<b>VL. UNIT.</b>	<b>VL. TOTAL</b>
31	O <b>Jogo de Dominó Profissional</b> consiste em um conjunto de 28 peças feitas em material tipo osso, oferecendo durabilidade e resistência para uso contínuo. Acompanha uma maleta para fácil armazenamento e transporte, garantindo organização e proteção das peças. Este jogo é ideal para atividades recreativas e de desenvolvimento cognitivo em ambientes educacionais.	UNIDADE	10			
32	O <b>Jogo de Sólidos Geométricos</b> é composto por 11 peças de madeira, representando diferentes formas geométricas com tamanhos variados: Prisma Hexagonal (7,9 x 3,7 cm), Prisma Pentagonal (7,9 x 3,7 cm), Prisma Triangular (7,9 x 3,5 cm), Pirâmide Retangular (7,9 x 3,7 cm), Pirâmide Quadrangular (8 x 4 cm), Pirâmide Triangular (4,5 x 4 cm), Paralelepípedo (7,9 x 3,7 cm), Cilindro (7,9 x 3,7 cm), Cone (8 x 3,7 cm), Cubo (3,7 x 3,7 cm) e Esfera (4 cm de diâmetro). Este conjunto é adequado para o ensino de geometria e conceitos espaciais, oferecendo resistência e durabilidade para uso frequente em sala de aula.	UNIDADE	10			



**Validade da proposta:**

Declaramos estar de acordo com todos os termos do aviso de cotação de preços e seus respectivos anexos.

**Observações:**

1. Emitir em papel que identifique a interessada.

Local e Data

( \_\_\_\_\_ ), / / .  
<inserir cidade/dia/mês/ano em algarismo>

\_\_\_\_\_  
Nome  
CPF  
Representante  
RAZÃO SOCIAL  
CNPJ